



Demonstrações Financeiras

XS4 Capitalização S.A.

31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da XS4 Capitalização S.A. ("XS4 Capitalização" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, do parecer dos Atuários Independentes e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria.

1. Inovação em serviços

Com o propósito de adequar nossos serviços às melhores práticas de sustentabilidade, incluindo a busca pela transformação digital, disponibilizamos Chat Bot. para clientes e colaboradores CAIXA no WhatsApp para obtenção de informações e autosserviço. É possível acessar no autosserviço: situação do título; informações referentes a sorteios, como resultados e números da sorte; saldo de reserva e informações de resgate. Essas melhorias trazem mais agilidade e segurança nos processos e, além de estarem alinhadas a estratégia, contribuem para a elevação nos índices de qualidade dos serviços e de satisfação dos clientes.

2. Desempenho das operações de capitalização no exercício de 2024

- A receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 1.468.673 (R\$ 1.407.626 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 4% na referida rubrica.
- O valor total dos pagamentos de sorteios foi de R\$ 11.185 (R\$ 6.658 no mesmo período do ano anterior), significando um crescimento de 68%.
- O custo de aquisição registrado foi de R\$ 113.033 (R\$ 108.817 no mesmo período do ano anterior), o que equivale a 8% da arrecadação da Companhia (8% no mesmo período do ano anterior).
- A Companhia registrou um ativo total de R\$ 2.699.143 (R\$ 1.902.320 no mesmo período do ano anterior), o que configurou um aumento de 42%.
- O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 274.454 (R\$ 312.402 em 31 de dezembro de 2023), apresentando uma redução de 12%. Tendo a Companhia pago R\$232.062 em dividendos no ano de 2024 (R\$ 137.874 em 2023), 68% a mais que no ano anterior, o que explica a redução do patrimônio líquido com a Companhia apresentando crescimento em todos os índices.
- Ao final do exercício de 2024, a Companhia registrou 2,6 milhões de clientes e uma carteira de 3,9 milhões de títulos ativos.
- Foram realizados, ainda, trabalhos em conjunto com as áreas jurídica, conformidade e marketing visando promover a constante melhoria na qualidade do atendimento aos clientes com foco nos processos, destacando-se: melhoria da experiência do cliente; e pesquisa de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

3. Despesas Administrativas

As despesas administrativas incorridas durante o exercício de 2024 totalizaram R\$ 46.545 (R\$ 39.359 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 18%, quando comparado ao exercício de 2023. A proporção das despesas administrativas incorridas no exercício de 2024, em relação à arrecadação, foi de 3% (3% no exercício do ano anterior). A manutenção desse índice é resultante da busca constante pela eficiência das operações, alinhada ao crescimento da Companhia.

4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras líquidas, das despesas financeiras, no ano de 2024, foram de R\$ 97.866, marcando um aumento de 53% em relação ao exercício anterior, quando alcançou R\$ 63.824. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo incremento do montante financeiro médio investido nos Fundos de Investimento, que passou de R\$ 1.206.395 em 2023 para R\$ 2.152.541 em 2024, e pela gestão da carteira, que apresentou um rendimento de 100% do CDI em 2024. Este desempenho foi beneficiado principalmente por uma taxa média de carregamento elevada das NTN-Bs (5,76% a.a.) e por um IPCA elevado no período.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, a Companhia mantém sólida posição financeira com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 116.121, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 195.610, em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia apresenta uma elevada suficiência de capital de 196% em 31 de dezembro de 2024 (289% em 31 de dezembro de 2023).

5. Distribuição de Dividendos

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 75% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a administração tem como prática propor a distribuição de 100% dos lucros, após a constituição das reservas, apurados no exercício.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido no ano	206.075	168.060
Constituição de reserva legal	(1.162)	(8.403)
Base para distribuição de dividendos	204.913	159.657
Dividendos antecipados	149.609	77.204
Dividendos a pagar	4.076	42.539
Dividendos adicionais propostos	51.228	39.914

6. Recursos Humanos

Durante o exercício de 2024, a Companhia retornou à sociedade R\$ 25.514 (R\$ 21.636 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais pagas aos colaboradores.

Como reflexo das diretrizes estratégicas com respeito aos recursos humanos, cujo foco crucial é a manutenção de um aprazível ambiente de trabalho e respeito aos seus colaboradores, a Companhia recebeu pelo seu quarto ano consecutivo o selo do ranking do *Great Place to Work* (GPTW).

Ao longo do exercício de 2024 a área de Recursos Humanos, dentre as principais ações realizadas visando o bem-estar dos colaboradores, implementou:

- Restruturação do Plano de Cargos e salários;
- Implementação de ferramenta de avaliação de desempenho, para criação do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para todos os colaboradores;
- Melhoria no plano Gympass, visando oferecer uma maior rede para realização de atividades físicas;
- Melhoria no check-up dos Gestores, oferecendo um diferencial na realização anual de exames periódicos e clínicos;
- Implementação das metas qualitativas e quantitativas específicas da área;
- Criação da trilha de treinamentos (ferramenta de desenvolvimento profissional) para todos os colaboradores que serão revisadas anualmente.

7. Sustentabilidade e Incentivos Fiscais

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a vigorar a partir de 1º de agosto daquele ano, com prazos diferenciados de adequação das diretrizes estabelecidas nessa Circular conforme a segmentação da Companhia.

Neste sentido, e em conformidade com a referida regulação, já se encontram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a Política de Sustentabilidade, o Estudo de Materialidade dos Riscos de Sustentabilidade, além do Relatório de Sustentabilidade da Companhia referente a 2023. Ambos divulgados no site <https://www.caixaseguridade.com.br/Paginas/QuemSomos.aspx>. Conforme demandado na Circular SUSEP nº 666, a Companhia publicou seu Relatório de Sustentabilidade em 28/06/2024, atendendo assim todas as demandas da referida Circular.

Em 2024, reforçando o nosso compromisso com a sustentabilidade, assinamos o Pacto Global da ONU e o Pacto de Promoção da Equidade Racial, realizamos o inventário de gases de efeito estufa, compensamos o valor emitido com créditos de carbono, otimizamos a estratégia de sustentabilidade apoiando projetos de arte, cultura, educação e esporte, todos com grupos minorizados em todo o Brasil, alguns com recorte racial, além da manutenção da comercialização do nosso produto de filantropia premiável, XCAP do Bem, que reverte metade do valor do produto para a FENAPAE Brasil (Federação Nacional das APAEs).

Ao final do exercício de 2024 foram devolvidos à sociedade, através de ações incentivadas, o montante de R\$ 4.376 (R\$ 1.987 em 2023).

8. Conformidade

A Companhia possui uma estrutura própria para monitorar o atendimento às demandas dos Órgãos Reguladores responsáveis pela supervisão de suas atividades e o controle do regramento interno de políticas e normativos. Neste contexto, a Unidade de Conformidade desempenha um papel crucial na disseminação de informações e no acompanhamento das ações das áreas de negócios para garantir a conformidade com a legislação vigente. A aplicação das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Companhia, é de responsabilidade da Comissão que atua nessa frente, na Companhia. Esta comissão, com o apoio da Unidade de Conformidade, realiza um acompanhamento contínuo e implementa ações periódicas para promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores e parceiros de negócios. Além do mais, a Companhia mantém canal de denúncias terceirizado, de acordo com as melhores práticas de mercado, disponível para seu público interno e externo, permitindo a comunicação de suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, respeitando o sigilo das informações e do denunciante.

9. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Companhia está comprometida com a prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Para atingir esse objetivo, implementa processos, sistemas e controles robustos, em conformidade com sua Política específica e Avaliação Interna de Riscos, contando com uma equipe qualificada para monitorar operações e relacionamentos. São realizados treinamentos periódicos para disseminar as diretrizes e responsabilidades de cada área, incentivando a adoção de medidas eficazes para prevenir e combater crimes relacionados à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, bem como ao financiamento do terrorismo ("PLD/CFT"). Essas ações visam fortalecer a conscientização e garantir a conformidade com as normas vigentes.

10. Privacidade de dados

Com o avanço e a rápida expansão das soluções digitais, a Companhia implementou um conjunto de normas, processos e controles para assegurar a gestão adequada e a proteção da privacidade dos dados, em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Companhia está continuamente aprimorando sua governança por meio de medidas preventivas e corretivas, com foco na disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações de clientes, colaboradores e parceiros de negócios.

Sob a orientação do Encarregado de Proteção de Dados (*Data Protection Officer* - DPO), a Companhia assegura a conformidade com as legislações aplicáveis e promove a melhoria contínua da qualidade, transparência e proteção dos dados, bem como o atendimento às solicitações dos titulares de dados pessoais. São realizadas capacitações e ações de conscientização, além de adoção de boas práticas de segurança para proteção, identificação, detecção e resposta a ameaças.

11. Gestão de Riscos

A Companhia, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Unidade de Riscos e Controles Internos, que atua conforme regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos como primeira linha. A Companhia possui o Comitê de Riscos e Compliance, que possibilita que todas as categorias de riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Nesse contexto, as definições da Declaração de Appetite a Riscos, o acultramento de gestão de riscos, a difusão das políticas, normas e processos, a gestão da continuidade de negócios (GCN) bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos formam as diversas camadas de gerenciamento da Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 467/2024 e suas alterações subsequentes, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

12. Controles Internos

A Unidade de Riscos e Controles Internos tem como objetivo apoiar todas as áreas internas na construção e manutenção de um ambiente de controles mais robusto e em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias neste ambiente de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas.

Suas atividades estão aderentes às normas locais e seguem as diretrizes da política de Gestão de Riscos e os principais frameworks internacionais de controles, tal como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A Companhia observa as definições e requisitos apresentados, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

13. Governança

A Companhia vem buscando a constante melhoria dos processos operacionais e elevação de seus resultados, com concomitante observância do desenvolvimento de controles internos, gestão de risco e implementação das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional composta por:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria Executiva;
- Comitê Consultivo Financeiro;
- Comitê de Risco e Compliance;
- Comitê de Nomeação e Remuneração;
- Comitê de Produtos e Negócios;
- Comitê de Auditoria; e
- Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Esta estrutura permite aos acionistas monitorarem a Administração da Companhia de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, promoverem a adoção de práticas que visem atender a conformidade legal, regulatória e estatutária e impulsionarem o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

14. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionado aos exames de suas Demonstrações, pelo valor de R\$ 383 (R\$ 219 em 31 de dezembro de 2023).

15. Agradecimentos

A Administração da XS4 Capitalização S.A aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores e parceiros de negócio pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio regulatório.

Rio de Janeiro 26, de fevereiro de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

XS4 Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS4 Capitalização S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da XS4 Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível (direito de uso) - vida útil definida	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Companhia possui ativo intangível, relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, o qual é amortizado pelo método linear durante o prazo do contrato. Dada a relevância do valor envolvido consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>(i) leitura e entendimento dos termos e condições do contrato firmado entre as partes que subsidiaram o registro do direito de uso;</p> <p>(ii) a verificação do método de amortização aplicado frente ao prazo de exclusividade do canal, bem como o recálculo da respectiva amortização;</p> <p>(iii) avaliação do contrato que estabelece a vida útil do ativo intangível; e,</p> <p>(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.</p>
Provisão Técnica para resgates de títulos de capitalização	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.10 e 17, às demonstrações financeiras, a XS4 Capitalização S.A. mantém a Provisão Matemática de Capitalização, relacionada ao resgate de títulos de capitalização.</p> <p>A Provisão Matemática de Capitalização é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.</p> <p>Devido a relevância quantitativa da referida provisão técnica nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <p>(i) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores arrecadados por meio do confronto com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;</p> <p>(ii) com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração da Provisão Matemática de Capitalização;</p> <p>(iii) efetuamos o recálculo da referida provisão técnica conforme as condições gerais do produto e notas técnicas atuariais, partindo das bases de dados operacionais, conciliadas com os saldos contábeis;</p> <p>(iv) Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.</p>
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores	

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício corrente de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		1.600.176	1.250.456
Disponível		485	36.912
Caixa e bancos		469	8.516
Equivalente de caixa	Nota 7	16	28.396
Aplicações	Nota 7	1.591.323	1.204.299
Créditos das operações		7.886	8.873
Créditos das operações de capitalização	Nota 8	4.687	8.847
Outros créditos	Nota 9	3.199	26
Títulos e créditos a receber		482	372
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.1	233	228
Outros créditos		249	144
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.098.967	651.864
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		948.116	492.429
Aplicações	Nota 7	914.296	490.277
Títulos e créditos a receber		32.918	-
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.2	32.918	-
Outros valores e bens	Nota 11	902	2.152
Imobilizado		582	281
Intangível	Nota 12	150.269	159.154
TOTAL DO ATIVO		2.699.143	1.902.320

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.424.196	1.586.049
Contas a pagar		45.389	67.991
Obrigações a pagar	Nota 13	19.404	54.477
Impostos e encargos sociais a recolher		1.728	1.106
Encargos trabalhistas	Nota 14	1.299	1.098
Impostos e contribuições	Nota 15	22.958	11.310
Débitos de operações com capitalização	Nota 16	1.972	3.063
Depósitos de terceiros	Nota 17	1	16
Provisões técnicas - capitalização	Nota 18	2.375.925	1.514.908
Provisão para resgates		2.333.688	1.483.298
Provisão para sorteio		42.237	31.610
Outros débitos		909	71
Passivo de arrendamento	Nota 11	909	71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		493	3.869
Contas a pagar		-	2.166
Tributos diferidos	Nota 10.2	-	2.166
Outros débitos		493	1.703
Provisões judiciais	Nota 20	493	106
Passivo de arrendamento	Nota 11	-	1.597
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 21	274.454	312.402
Capital Social		74.670	74.670
Reserva de capital		180.000	180.000
Reservas de lucros		66.162	53.686
Ajustes de avaliação patrimonial		(46.378)	4.046
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.699.143	1.902.320

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2024	31/12/2023
Receitas com títulos de capitalização		1.468.673	1.407.626
Contribuição com títulos de capitalização		1.468.673	1.407.626
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	Nota 24 a)	957.519	948.827
Contribuição - quotas de carregamento	Nota 24 a)	511.154	458.799
Variação da provisão de resgates	Nota 24 b)	(935.461)	(925.653)
Variação da provisão de sorteios	Nota 24 c)	(19.704)	(22.402)
Custo de aquisição	Nota 24 d)	(113.033)	(108.817)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 24 e)	(81.547)	(70.796)
Despesas administrativas		(46.545)	(39.359)
Pessoal próprio		(25.514)	(21.636)
Serviços de terceiros		(1.928)	(1.709)
Localização e funcionamento		(13.199)	(13.016)
Publicidade e propaganda		(911)	(421)
Publicações		(61)	(190)
Donativos e contribuições		(4.805)	(2.156)
Despesas administrativas diversas		(127)	(231)
Despesas com tributos	Nota 24 f)	(27.493)	(23.977)
Resultado financeiro	Nota 24 g)	97.866	63.824
RESULTADO OPERACIONAL		342.756	280.446
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		342.756	280.446
Imposto de renda	Nota 25	(82.249)	(67.868)
Contribuição social	Nota 25	(51.313)	(42.595)
Participações sobre o lucro		(3.119)	(1.923)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		206.075	168.060
 Quantidade de Ações		 13.334	 13.334
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - R\$		15,45	12,60

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>206.075</u>	<u>168.060</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(50.424)	4.046
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(84.040)	6.743
Imposto sobre ajuste a valor de mercado	33.616	(2.697)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>155.651</u>	<u>172.106</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	74.670	180.000	5.369	24.457	-	-	284.496
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	168.060	168.060
Constituição de reserva legal	-	-	8.403	-	-	(8.403)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	4.046	-	4.046
Dividendos pagos	-	-	-	(24.457)	-	-	(24.457)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(77.204)	(77.204)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(42.539)	(42.539)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	39.914	-	(39.914)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.670	180.000	13.772	39.914	4.046	-	312.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	206.075	206.075
Constituição de reserva legal	-	-	1.162	-	-	(1.162)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(50.424)	-	(50.424)
Dividendos pagos	-	-	-	(39.914)	-	-	(39.914)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(149.609)	(149.609)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(4.076)	(4.076)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	51.228	-	(51.228)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.670	180.000	14.934	51.228	(46.378)	-	274.454

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	206.075	168.060
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	10.440	10.565
Variação das provisões técnicas	1.062.302	1.014.166
Despesas de juros	64	47
Variação de impostos sobre o lucro	135.031	120.541
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(861.467)	(978.484)
Créditos das operações de capitalização	987	(3.244)
Créditos tributários e previdenciários	(5)	816
Ativo fiscal diferido	(32.918)	-
Outros valores e bens	1.250	1.676
Outros ativos	(1.461)	(1.559)
Outras contas a pagar	2.132	(304)
Débitos de operações com capitalização	(1.091)	2.049
Depósitos de terceiros	(15)	(973)
Provisões técnicas - capitalização	(201.285)	(95.292)
Outros débitos – provisões judiciais	387	82
Outros passivos	173	(107)
Caixa gerado pelas operações	320.598	238.039
Juros pagos	(64)	(54)
Imposto sobre o lucro pagos	(123.467)	(110.755)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	197.067	127.230
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Compra Imobilizado e Intangível	(500)	(45)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(500)	(45)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(932)	(967)
Pagamento de Dividendos	(232.062)	(137.874)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(232.994)	(138.841)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(36.427)	(11.656)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.912	48.568
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	485	36.912

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS4 Capitalização S.A. (denominada “XS4 Capitalização” ou “Companhia”), constituída em 19 de agosto de 2020, é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.804/0001-32, tem sua sede localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000 - Ed Aqwa Corporate, 17º andar, SL 1701 – Rio de Janeiro – Brasil, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas unidades da federação, desde de sua constituição, sendo, à época, uma subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding Securitária”), tendo por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia tem sua estrutura acionária composta da seguinte forma: A Caixa Holding Securitária S.A. (CAIXA Seguridade) mantém 75% de participação no capital total da Companhia, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu Seguridade S.A., por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Companhia.

No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade (“Grupo”), a Companhia foi constituída conforme o acordo de associação firmado entre Icatu Seguridade S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade que tem direito a explorar, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração

Os valores contidos nas Demonstrações são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e equivalente de caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do resultado

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, o resultado da Companhia passou a ser apurado pelo regime contábil de competência.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscrito (quotas de capitalização e sorteio) e a receita de carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

- I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito de diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito.

São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente através de cotas de fundos de investimentos exclusivos, podendo ser também detidos de forma direta pela Companhia em títulos públicos e por fundos de investimentos não exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros – que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixas contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

3.4.1. Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

3.4.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Um instrumento financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.4.3. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber”, que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.5. Arrendamento mercantil

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e o contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis da Companhia referem-se basicamente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de rede de distribuição (Balcão Caixa), conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

3.7 Impairment de ativos financeiros

3.7.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são decorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode estar estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do Imposto de Renda sobre as Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, correntes e diferidos, no ativo e passivo, é feito com base em cálculos considerando as alíquotas de tributos vigentes na data-base das Demonstrações, sendo o IRPJ 25% e a CSLL 15%, considerando as adições e exclusões previstas na legislação em vigor e compensações de créditos tributários são aplicadas, quando cabíveis. A expectativa da Administração sobre a realização das diferenças temporárias existentes, com base em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de cinco anos, permite os reconhecimentos dessas diferenças temporárias no ativo diferido.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.10. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão de receitas diferidas

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022 e Circular SUSEP nº 678/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para despesas administrativas

A provisão era constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. A PDA foi descontinuada por conta das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022 e Circular SUSEP nº 678/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024.

3.11. Estimativas

A preparação das Demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações Financeiras incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações;
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

3.12. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.13. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar dos colaboradores. O colaborador poderá contribuir de 3% a 12% do seu salário base mensal e a empresa aporta o mesmo percentual. As contribuições do patrocinador, são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o acordo tem como referência a Convenção Coletiva de Trabalho. A participação está condicionada a existência de Lucro no exercício, juntamente com o alcance das metas corporativas, das metas estabelecidas para cada área e da avaliação individual qualitativa.

Os demais benefícios são: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e auxílio funeral, vale-transporte, vale-refeição e alimentação, auxílio creche, auxílio academia, universidade corporativa, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Normas

4.1. Adoção inicial de novas normas

4.1.1. Circular SUSEP nº 678 e Resolução CNSP 448/2022

- Publicação da Circular SUSEP nº 678 que alterou a Circular SUSEP nº 648
- Resolução CNSP nº 448 que alterou a Resolução CNSP nº 432

4.1.1.1. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros foi emitido em dezembro de 2016, com início de aplicação em janeiro de 2018, mas com opção para as entidades que emitem contratos de seguros de iniciar a aplicação em janeiro de 2023. O referido normativo veio como substituto do CPC – 38, que tratou o tema até então.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e, consequentemente, sua mensuração e seu reflexo no resultado do exercício, dependem exclusivamente da intenção da supervisionada, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros advém de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Altera-se, também, nomenclatura das classificações aplicáveis, passando a ser: subsequentemente mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. É importante destacar que o objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

4.1.2. Substituição da provisão das despesas administrativas pela provisão de receita diferida

Por meio da Resolução CNSP nº 448 e Circular SUSEP nº 678, a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31/12/2023, deverá ser revertido em contrapartida a conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

4.1.3. Segregação das quotas de capitalização e quota de sorteio da quota de carregamento

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Nova norma ainda não adotada

4.2.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal.

5. Gestão de risco

A Companhia, durante o seu período de constituição, compartilhou da Estrutura de Gestão de Riscos (“EGR”) da Caixa Seguridade Participações S.A. e a partir do fechamento do acordo com a Icatu Seguridade S.A., descrito na nota 5.1., a Companhia passou a ter uma Estrutura de Gestão de Riscos própria, a qual foi estabelecida de forma integrada a um Sistema de Controles Internos mediante a nova estruturação da área o desenvolvimento de normativos internos, aquisição de ferramentas e desenvolvimento de processos.

5.1. Sistema de controles internos e gestão de riscos

A EGR da Companhia foi estabelecida conforme a Resolução CNSP nº 416 de 20 de julho de 2021 e suas alterações posteriores, tem como principal finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. As incertezas que possam afetar os objetivos estabelecidos pela Companhia são mapeadas e compõem os inventários de riscos, mantendo-se o monitoramento dos principais riscos na matriz de riscos. Os riscos estão subdivididos nas categorias de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico, conformidade, reputacional e de subscrição, também em conformidade com o que define a Resolução CNSP nº 416 e suas alterações posteriores.

As respostas aos riscos são realizadas e monitoradas pelas três linhas de defesa da Companhia. A primeira linha é composta pelas áreas de negócio que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. A segunda linha é formada pelas áreas que centralizam atividades de gestão de riscos, conformidade e controles internos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades de negócios da Companhia. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto e da probabilidade de ocorrência.

Ainda no sentido de estar alinhada aos requisitos da Resolução CNSP 416 e suas alterações posteriores em 2022 a Companhia contratou um Diretor de Riscos e Controles Internos e um Coordenador de Riscos e Conformidade, e criou as Unidades de Gestão de Riscos e de Conformidade, a partir das quais vem estruturando e melhorando seus processos e seus controles internos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2024 foram promovidas ações de capacitação com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos e conformidade, abordando temas como a importância da Gestão da Continuidade do Negócio, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Ética no ambiente corporativo.

6. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

6.1. Principais riscos associados

6.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, ou seja, o risco de que o emissor do título não honre o principal e/ou o pagamento de juros.

A estratégia atual da Companhia é considerar investimentos a operações de baixo risco. Atualmente, o investimento em ativos de emissores privados é vedado na Política de Investimentos.

Nos fundos exclusivos, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 353 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 248.313 em 31 de dezembro de 2023).

Além disso, a composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 28.396 em 31 de dezembro de 2023).

Já no fundo não exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 83.284 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 52.975 em 31 de dezembro de 2023).

Tanto as operações compromissadas quanto os equivalentes de caixa geram uma exigência de capital de risco de crédito na ordem de R\$ 1.338 (R\$ 1.333 gerado pelo não exclusivo e R\$ 5 pelo exclusivo) desconsiderando a diversificação dos riscos. No fechamento de 2023, a exigência de capital de risco de crédito foi de R\$ 4.821 (R\$ 848 gerado pelo não exclusivo e R\$ 3.973 pelos exclusivos).

6.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - *VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração o *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês com nível de confiança de 95%, e usando a metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade com Lambda de 0,94.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2024			31/12/2023		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
Selic/CDI	0,94	249	1.591.532	0,94	6	1.232.839
IPCA	0,94	19.197	914.296	0,94	9.912	490.277

6.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade mensal da carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A necessidade de liquidez de longo prazo será monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Diretoria Financeira Administrativa.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	469	-	-	469
Equivalente de caixa	16	-	-	16
Aplicações financeiras (*)	139.694	225.889	2.140.229	2.505.812
Crédito das operações	7.886	-	-	7.886
Títulos e créditos a receber	482	-	-	482
Realizável a longo prazo	902	-	-	902
Total de ativos	149.449	225.889	2.140.229	2.515.567
Contas a pagar	45.389	-	-	45.389
Provisões Técnicas	448.182	483.462	1.444.281	2.375.925
Débito das operações	1.972	-	-	1.972
Outros Débitos	909	-	493	1.402
Depósitos de terceiros	1	-	-	1
Total de passivos	496.453	483.462	1.444.774	2.424.689

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	8.516	-	-	8.516
Equivalente de caixa	28.396	-	-	28.396
Aplicações financeiras (*)	425.060	164.994	1.104.522	1.694.576
Crédito das operações	8.873	-	-	8.873
Títulos e créditos a receber	372	-	-	372
Realizável a longo prazo	925	1.227	-	2.152
Total de ativos	472.142	166.221	1.104.522	1.742.885
Contas a pagar	67.991	-	-	67.991
Provisões técnicas	162.354	256.698	1.095.856	1.514.908
Débito das operações	3.063	-	-	3.063
Outros débitos	1.160	457	157	1.774
Depósitos de terceiros	16	-	-	16
Total de passivos	234.584	257.155	1.096.013	1.587.752

(*) Não considera os valores a pagar e a receber do fundo exclusivo, líquido a pagar de R\$ 193 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2023), conforme detalhe na nota explicativa nº 7.1.

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações financeiras. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

6.1.4. Risco operacional

O Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional pode se materializar ainda em função de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal ou cibernético, e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de gestão de riscos corporativos com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

Em 2024 foi implementada uma ferramenta para fazer a gestão dos riscos e controles internos e planos de ação da Companhia. Esta ferramenta possibilita que a área faça uma gestão de maneira automatizada e integrada com a Auditoria Interna. Além disso, também possibilita a gestão das obrigações regulatórias, controlando prazos e enviando alertas antes do vencimento por meio de fluxo eletrônico de mensagens.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP 666, Art.3, foi elaborado um estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade os quais a Companhia se encontra exposta, onde foram levadas em consideração características de suas atividades, operações, produtos, serviços, clientes, fornecedores e prestadores de serviços. O estudo concluiu que estes riscos são imateriais. Não obstante, a Caixa Capitalização monitora estes riscos a fim de identificar possíveis tendências de impactos futuros.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela Coordenação de Riscos e Controles Internos, que reporta os resultados ao Diretor de Riscos e Controles Internos.

A gestão de riscos operacionais também está atuando no desenvolvimento e implementação de um banco de dados com os registros das perdas operacionais que se materializaram. Este banco de dados permitirá uma análise de causas-raiz dos eventos que as originaram e a criação de planos de ação para desenvolvimentos de novos controles ou melhoria daqueles existentes.

A ferramenta de GRC contratada para automatizar a gestão de riscos da Companhia possui um módulo de gestão de perdas. Através deste módulo será possível realizar o registro e mapeamento das possíveis fontes de perda operacional da Companhia. A necessidade da contratação de uma ferramenta para a gestão de perdas foi definida por meio de estudo interno, visando a conformidade com a legislação vigente.

6.1.5. Risco de subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de títulos de capitalização e provisões técnicas.

Para o risco de subscrição são considerados:

- a) limite máximo de um percentual definido internamente do último patrimônio líquido auditado do exercício anterior para o valor máximo do somatório de todos os sorteios previstos por série e por mês;
- b) o tamanho de série utilizado em cada novo produto será sempre compatível com a expectativa do volume de vendas daquele produto.

Para todos os seus produtos, a Companhia utiliza um sistema de tecnologia da informação que otimiza a distribuição de números da sorte, visando a menor dispersão possível do risco de sorteio. Este cálculo é acompanhado, mensalmente, pelo Diretor Técnico e de Produtos.

Para a Taxa de Juros garantida, devem ser considerados:

- a) os valores compatíveis com as projeções do cenário econômico publicado pelo Relatório Focus do BACEN;
- b) cenário econômico venha se alterar significativamente, a Companhia revisará os seus produtos podendo readequar a taxa de juros garantida. A taxa de juros utilizada é 0,5% ao mês para todos os produtos da companhia. O monitoramento do cenário econômico é feito através da projeção de indicadores de riscos financeiros em cenários de estresse.

6.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos são revisados e discutidos anualmente em reuniões realizadas com os diretores executivos, para que eles possam avaliar a pertinência e as exposições de probabilidade e impacto sem ter suas percepções enviesadas.

A revisão dos riscos estratégicos faz parte do ciclo anual de revisão do inventário de riscos da Companhia e busca identificar ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia por meio do seu planejamento estratégico, bem como os eventuais cenários de crise ao qual a Companhia possa estar exposto.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

7.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio dos fundos de investimentos em que aplica, alocou 100% de seus recursos em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano).

O valor total das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) no fundo exclusivo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.411.099 (R\$ 878.138 em 31 de dezembro de 2023).

No fundo exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 353 no fechamento de dezembro de 2024, enquanto esse montante era de R\$ 248.313 em dezembro de 2023.

Além disso, após estudos e análises sobre o Asset-Liability Management (ALM) da Companhia, foram adquiridas Notas do Tesouro Nacional atreladas à inflação (NTN-Bs) durante o exercício de 2024, com o objetivo de reduzir a *duration gap* (diferença entre a *duration* do Ativo total e a *duration* ponderada do Passivo pelo Ativo). O total referente às NTN-Bs foi de R\$ 914.296 em 31 de dezembro de 2024, enquanto esse montante era de R\$ 490.277 em dezembro de 2023. Esses ativos atrelados ao IPCA foram marcados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A custódia dos títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos exclusivos e não exclusivos estão na SELIC e são acompanhados periodicamente. Os referidos fundos pagaram a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL o montante de R\$ 1.834 em 2024 e de R\$ 1.081 em 2023 referente a taxa de administração.

A Companhia estruturou a sua carteira de investimentos através dos fundos de investimentos exclusivos e um fundo não exclusivo. A seguir segue a demonstração da abertura das carteiras desses fundos, considerando os valores dos ativos investidos, assim como outros valores pertencentes às carteiras:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.325.566	1.616.593
Títulos Públicos	2.325.395	1.368.415
Operações Compromissadas *	353	248.313
Disponibilidades	11	22
Valores a Pagar	(194)	(158)
Valores a Receber	1	1
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	180.069	106.379
Total das Aplicações Financeiras - Fundos Consolidados	<u>2.505.635</u>	<u>1.722.972</u>

*Destaca-se que parte do saldo das operações compromissadas, as quais compõem as carteiras dos fundos investimentos exclusivos, é apresentada nestas Demonstrações financeiras como Equivalente de Caixa, uma vez que atendem cumulativamente aos critérios estabelecidos no item 6, do CPC 03 (R2). Os valores são da ordem de R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 28.396, em 31 de dezembro de 2023).

Segue demonstração da abertura da carteira:

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024			
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa	Selic	16	16
Total		16	16

Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Quotas de Fundos de Investimento			
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.411.099	1.411.099
Operações Compromissadas	Selic	337	337
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(182)	(182)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	180.069	180.069
Total		1.591.323	1.591.323

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	914.296	991.593	(77.297)
Total		914.296	991.593	(77.297)

31/12/2023			
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa	Selic	28.396	28.396
Total		28.396	28.396

Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Quotas de Fundos de Investimento			
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	878.138	878.138
Operações Compromissadas	Selic	219.917	219.917
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(135)	(135)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	106.379	106.379
Total		1.204.299	1.204.299

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,88%	490.277	483.534	6.743
Total		490.277	483.534	6.743

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	758.924	-	758.924
(+) Aplicações	1.007.571	468.114	1.475.685
(-) Resgates*	(644.567)	(13.099)	(657.666)
(+) Rendimentos	110.767	28.519	139.286
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	6.743	6.743
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.232.695	490.277	1.722.972
(+) Aplicações	962.772	542.151	1.504.923
(-) Resgates*	(746.136)	(116.450)	(862.586)
(+) Rendimentos	142.008	82.358	224.366
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(84.040)	(84.040)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	1.591.339	914.296	2.505.635

*pagamento de cupom

7.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total*	Nível 01	Nível 02	Total*
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.411.452	180.069	1.591.521	1.126.451	106.379	1.232.830
Letras Financeiras do Tesouro	1.411.099	-	1.411.099	878.138	-	878.138
Operações Compromissadas	353	-	353	248.313	-	248.313
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	180.069	180.069	-	106.379	106.379
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	914.296	-	914.296	490.277	-	490.277
Notas do Tesouro Nacional	914.296	-	914.296	490.277	-	490.277
Total (I + II)	2.325.748	180.069	2.505.817	1.616.728	106.379	1.723.107

*O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar dos Fundos. Estes valores representam o montante de R\$ (182) em 31 de dezembro de 2024 (R\$ (135) em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia efetuou análises dos possíveis impactos da adoção do CPC 48 e de acordo com a metodologia de cálculo aprovada pela Administração não foram identificadas mudanças significativas.

8. Créditos das operações de capitalização

Registra os títulos comercializados que não foram reportados pelas instituições financeiras. Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

Segue abaixo a composição das operações com capitalização:

Produto	31/12/2024	31/12/2023
PM001T	2.036	4.589
PM024T	1.932	4.258
PU002T	207	-
PU018T	512	-
Total	4.687	8.847

9. Outros créditos

Registra os pagamentos operacionais de resgates, comissões e outros, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 3.199 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Créditos tributários e previdenciários

Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

10.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos a curto prazo no valor de R\$ 233 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2023).

10.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante

Não Circulante	01/01/2023	Constituição	Realização		31/12/2023	Constituição	Realização		31/12/2024
			/Reversão				/Reversão		
Imposto de Renda Diferido	510	2.592	(3.102)		-	24.017	(3.588)		20.429
Ativo- Ajuste de TVM	-	-	-		-	22.912	(3.588)		19.324
Ativo- Diferenças Temporárias	510	2.592	(3.102)		-	1.105	-		1.105
Contribuição Social Diferida	306	1.555	(1.861)		-	14.642	(2.153)		12.489
Ativo- Ajuste de TVM	-	-	-		-	13.748	(2.153)		11.595
Ativo- Diferenças Temporárias	306	1.555	(1.861)		-	894	-		894
Total	816	4.147	(4.963)		-	38.659	(5.741)		32.918

Passivo - Não circulante

Não Circulante	01/01/2023	Constituição	Realização		31/12/2023	Constituição	Realização		31/12/2024
			/Reversão				/Reversão		
Imposto de Renda Diferido	-	6.033	(4.679)		1.354	1.903	(3.257)		-
Passivo- Ajuste de TVM	-	6.033	(4.348)		1.685	1.903	(3.588)		-
Passivo- Diferenças Temporárias			(331)		(331)	-	331		-
Contribuição Social Diferida	-	3.619	(2.807)		812	1.141	(1.953)		-
Passivo- Ajuste de TVM		3.619	(2.607)		1.012	1.141	(2.153)		-
Passivo- Diferenças Temporárias			(200)		(200)	-	200		-
Total	-	9.652	(7.486)		2.166	3.044	(5.210)		-

Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais, outras provisões e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR).

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme circular SUSEP Nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudos aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para apuração de lucros tributáveis nos próximos 5 anos, viabilizando o uso na integridade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, contabilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As principais diferenças temporárias são realizáveis no exercício subsequente, não representando a necessidade de projeção de lucros tributáveis de longo prazo.

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	493	493	-	-
Participações dirigentes	-	1.545	-	-
Participações nos lucros e resultados	2.820	2.820	1.330	1.330
Ajustes a valores justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros (VJORA)	77.297	77.297	(6.743)	(6.743)
Outras obrigações a pagar	1.100	1.100	-	-
Outros	6	6	-	-
Total das provisões temporárias	81.716	83.261	(5.413)	(5.413)
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	20.429	12.489	(1.354)	(812)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo no início do exercício	(1.354)	(812)	-	-
Reconhecimento no resultado	773	695	331	200
Reconhecimento no patrimônio líquido	21.010	12.606	(1.685)	(1.012)
Saldo no final do exercício	20.429	12.489	(1.354)	(812)

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros valores e bens – direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, a movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2023	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Circulante - Imóvel	2.152	-	-	(1.250)	902
Total	2.152	-	-	(1.250)	902

Passivo	31/12/2023	Adição	Baixa/transferência	31/12/2024
Circulante - Imóvel	71	-	838	909
Não circulante - Imóvel	1.597	-	(1.597)	-
Total	1.668	-	(759)	909

Ativo	31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2023
Circulante - Imóvel	3.828	-	(1.550)	(126)	2.152
Total	3.828	-	(1.550)	(126)	2.152

Passivo	31/12/2022	Adição	Baixa/transferência	31/12/2023
Circulante - Imóvel	216	822	(967)	71
Não circulante - Imóvel	2.526	-	(929)	1.597
Total	2.742	822	(1.897)	1.668

O montante de pagamento de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 932 (R\$ 967 em 31 de dezembro de 2023).

Arrendamentos a pagar

Arrendamento a Pagar	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento a Pagar	931	1.707
Juros de arrendamento	(22)	(39)
Total	909	1.668
Circulante	909	71
Não Circulante	-	1.597

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

O valor do intangível é referente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. O valor é amortizado linearmente de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos e, a metodologia de cálculo aprovada pela administração por meio de estudo técnico, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição de *impairment*.

	Taxa anual de amortização	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024
Balcão de Vendas (a)	5%	159.000	-	-	(9.000)	150.000
Sistemas de Computação	20%	154	115	-	-	269
Total		159.154	115	-	(9.000)	150.269

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Balcão de Vendas (a)	5%	168.000	-	-	(9.000)	159.000
Sistemas de Computação	20%	55	99	-	-	154
Total		168.055	99	-	(9.000)	159.154

13. Obrigações a pagar

Segue abaixo a composição do grupo de Obrigações a Pagar:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	8.265	8.463
Dividendos e bonificações a pagar	4.076	42.539
Participação nos lucros a pagar	2.820	2.272
Honorários/Remuneração e gratificações a pagar	1.545	1.203
Pagamento a realizar comissão	1.613	-
Outras obrigações a pagar	1.085	-
Total	19.404	54.477

14. Encargos trabalhistas

Registra os pagamentos das obrigações trabalhistas e encargos de folha de pagamento, no valor de R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.098 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados no mês subsequente ao registro da emissão das guias e encargos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e Contribuições

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, referente ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que são compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IR - Ano Corrente	83.021	111.292
Antecipação de IR	(72.627)	(105.812)
Contribuição Social no Ano Corrente	51.991	69.326
Antecipação de CSLL	(41.732)	(65.716)
COFINS	1.983	1.910
PIS / PASEP	322	310
Total	22.958	11.310

16. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões no valor de R\$ 1.972 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.063 em 31 de dezembro de 2023).

17. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação no valor de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2023). O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes

18. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão Matemática para Capitalização	1.428.118	935.718	(300.525)	123.857	2.187.168
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	55.180	305.896	(215.411)	854	146.519
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	-	41	(40)	-	1
Provisão para Resgates	1.483.298	1.241.655	(515.976)	124.711	2.333.688
Provisão para Sorteios a Realizar	30.684	28.545	(20.027)	1.489	40.691
Provisão de Sorteios a Pagar	926	11.184	(10.570)	6	1.546
Provisão para Sorteios	31.610	39.729	(30.597)	1.495	42.237
Total	1.514.908	1.281.384	(546.573)	126.206	2.375.925

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão Matemática para Capitalização	572.944	926.607	(138.066)	66.633	1.428.118
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	8.445	147.370	(101.031)	396	55.180
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	-	19	(19)	-	-
Provisão para Resgates	581.389	1.073.996	(239.116)	67.029	1.483.298
Provisão para Sorteios a Realizar	13.939	28.834	(13.090)	1.001	30.684
Provisão de Sorteios a Pagar	706	6.658	(6.444)	6	926
Provisão para Sorteios	14.645	35.492	(19.534)	1.007	31.610
Total	596.034	1.109.488	(258.650)	68.036	1.514.908

19 – Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	2.375.925	1.514.908
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.325.551	1.588.198
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	166.479	93.924
Total dos Ativos Vinculados	2.492.030	1.682.122
Equivalente de Caixa	16	28.396
Total dos Ativos Vinculados	2.492.046	1.710.518
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	116.121	195.610

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, decorrentes de ações de relação de consumo e trabalhista. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

				Causas Cíveis		
31/12/2024				31/12/2023		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	31	186	186	23	106	106
Possível	5	29	-	1	5	-
Remota	16	233	-	2	61	-
Total	52	448	186	26	172	106

				Causas Trabalhistas		
31/12/2024				31/12/2023		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1	307	307	-	-	-
Possível	1	344	-	1	253	-
Remota	-	-	-	1	57	-
Total	2	651	307	2	310	-

	54	1.099	493	28	482	106
--	-----------	--------------	------------	-----------	------------	------------

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 74.670 representado por 13.334 dividido em 6.667 ações ordinárias e 6.667 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

A rubrica "Reserva de Capital" registra os valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 180.000.

c) Reserva de lucros

Em 31/12/2024, as reservas de lucros eram R\$ 66.162, compostas por R\$14.934 de Reserva Legal e R\$ 51.228 de Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 53.686 em 2023, compostas por R\$ 13.772 de Reserva Legal e R\$ 39.914 de Dividendos Adicionais Propostos).

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente a Companhia pagou como dividendos antecipados o valor de R\$ 149.609 referente ao lucro líquido apurado até 30/09/2024.

A distribuição dos resultados de 2024 e de 2023, aconteceram como apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido no ano	206.075	168.060
Constituição de reserva legal	(1.162)	(8.403)
Base para distribuição de dividendos	204.913	159.657
Dividendos antecipados	149.609	77.204
Dividendos a pagar	4.076	42.539
Dividendos adicionais propostos	51.228	39.914

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram - se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de uma perda de R\$ 46.378 (ganho de R\$ 4.046 em 31 de dezembro de 2023).

f) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	274.454	312.402
Ajustes contábeis	(174.069)	(159.154)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(23.800)	-
Ativos Intangíveis	(150.269)	(159.154)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	18.643	32.827
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	14.930	29.017
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	3.713	3.810
PLA Nível 1	91.266	153.249
PLA Nível 2	18.643	32.827
PLA Nível 3	9.119	-
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(821)

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	119.028	185.255
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	3.241	6.112
Capital de Risco de Subscrição	10.309	10.135
Capital de Risco - Mercado	52.463	53.290
Capital de Risco - Redução por correlação	(8.934)	(10.590)
Capital de Risco - Operacional	3.713	5.065
Capital de Risco (CR) (b)	60.792	64.012
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	60.792	64.012
Patrimônio líquido ajustado	119.028	185.255
(-) Exigência de capital - EC	(60.792)	(64.012)
Suficiência de capital - R\$	58.236	121.243
Suficiência de capital (% da EC)	196%	289%

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciam o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas, como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas	
Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (a)	-	-	6.622	5.736	-	-	72.736	56.292
Icatu Seguridade S.A. (Controladora) (b)	-	-	1.019	10.635	-	-	-	-
Caixa Holding Securitária S.A. (Controladora) (b)	-	-	3.057	31.904	-	-	-	-
Caixa Corretora S.A. (Ligada) (c)	-	-	1.972	3.063	-	-	106.697	102.408
Caixa Econômica Federal S.A. (Controladora) (d)	2.506.104	1.731.488	-	-	-	-	22.397	19.157
XS5 Administradora de Consórcio S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	323	-	147	-
XS6 Assistência S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	3.160	2.473	1.530	1.195
XS3 Seguros S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	2.232	1.784	1.349	741
XS2 Vida e Previdência S.A. (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	40	37
Caixa e Vida Previdência S.A. (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	1.435	1.339
Caixa Cartões Pré-Pagos S.A. (Ligada) (h)	-	-	-	-	-	-	1.435	1.175
Total	2.506.104	1.731.488	12.670	51.338	5.715	4.257	207.766	182.344

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir.

(a) Despesas como localização e funcionamento, bem como com o BPO (gestão do processamento, arrecadação, resgate e gerenciamento dos títulos e demais sistemas operacionais).

(b) Dividendos a pagar.

(c) Despesas de comissão de venda de títulos de capitalização.

(d) Valor referente as despesas bancárias, aplicações financeiras (líquido da taxa de administração dos fundos exclusivos, conforme nota 7.1) e disponível.

(e) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência bimestral. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao produto adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao cliente. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

(f) Seguro de vida e acidentes dos funcionários.

(g) Contribuições, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.

(h) Taxa de administração coletiva e acessórias oriundas do Contrato de Prestação de Serviços para emissão de cartões CAIXA Refeição e Alimentação aos empregados.

22.1 Remuneração do pessoal – chave da Administração

A remunerações e benefícios atribuídas aos Administradores, membros dos Comitês e do Conselho de Administração, é deliberado anualmente, por meio da Assembleia Geral.

Descrição	Passivo		Despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Membros da Diretoria	1.545	1.203	4.076	3.418
Conselho Fiscal	-	-	237	231
Comite de Risco	-	-	145	222
Comite de Administração	-	-	479	458
Conselho de Administração	-	-	456	312
Total	1.545	1.203	5.393	4.641

23. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2024			31/12/2023		
Produto	Processo	% de Carregamento	Produto	Processo	% de Carregamento
PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%	PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%
PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%	PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%
PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%	PU0A9T	15414.617153/2022-10	17,76%
PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%	PU010I	15414.626175/2022-71	18,49%
PU008T	15414.615250/2022-78	17,76%	PU007I	15414.615855/2021-88	25,16%

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

	31/12/2024	31/12/2023
a) Receitas com títulos de capitalização		
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	959.401	952.342
Devolução e Cancelamento - Quotas cap e sorteio	(1.882)	(3.514)
Total quotas de capitalização e sorteio	957.519	948.827
Contribuição - quotas de carregamento	512.812	460.732
Devolução e Cancelamento - Quotas carregamento	(1.658)	(1.934)
Total quotas de carregamento	511.154	458.799
Total	1.468.673	1.407.626
b) Resultado com resgate		
Reversão da provisão para resgate	1.531	3.482
Constituição da provisão para resgate	(931.397)	(924.147)
Despesas com resgate	(5.595)	(4.988)
Total	(935.461)	(925.653)
c) Resultado com sorteios		
Reversão da provisão para sorteio	20.026	13.090
Constituição da provisão para sorteio	(28.545)	(28.834)
Despesas com títulos sorteados	(11.185)	(6.658)
Total	(19.704)	(22.402)
d) Custo de aquisição - capitalização		
Despesas de corretagem	(106.696)	(102.408)
Despesas de custeamento de vendas	(6.337)	(6.409)
Total	(113.033)	(108.817)
e) Outras receitas e despesas operacionais - capitalização		
Receita com resgate de título	19.065	8.984
Títulos de capitalização a prazo	(100.382)	(75.081)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(230)	(4.699)
Total	(81.547)	(70.796)
f) Despesas com tributos		
COFINS	(22.332)	(20.010)
PIS	(3.629)	(3.251)
Taxa de fiscalização	(1.532)	(716)
Total	(27.493)	(23.977)
g) Resultado financeiro		

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria - Valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimento - exclusivos	211.797	128.076
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	12.569	11.212
Outras receitas financeiras	-	42
Total – receitas financeiras	224.366	139.330
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(108.938)	(68.040)
Outras despesas financeiras	(17.562)	(7.466)
Total – despesas financeiras	(126.500)	(75.506)
Total	97.866	63.824

25. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	342.756	342.756	280.446	280.446
Participações nos Lucros e Resultados	(3.119)	(3.119)	(1.923)	(1.923)
Resultado antes dos Impostos	339.637	339.637	278.523	278.523
ADIÇÕES	12.030	12.030	3.059	3.059
Adição Permanente	7.617	6.072	1.136	1.136
Adição Temporária:	4.413	5.958	1.923	1.923
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	493	493	-	-
Participações dirigentes	-	1.545	-	-
Participações nos lucros e resultados	2.820	2.820	1.923	1.923
Outras obrigações a pagar	1.100	1.100	-	-
EXCLUSÕES	(3.627)	(5.059)	-	-
Exclusão Permanente:				
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(106)	(106)	-	-
Amortização de arrendamento mercantil	(932)	(932)	-	-
Participação dirigentes	-	(1.432)	-	-
Participações nos lucros e resultados	(2.271)	(2.271)	-	-
Outras exclusões	(318)	(318)	-	-
Resultado Ajustado	348.040	346.608	281.582	281.582
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(83.021)	(52.008)	(67.691)	(42.489)
Reversão da provisão de créditos tributários	772	695	(177)	(106)
Despesas com IRPJ/CSLL	(82.249)	(51.313)	(67.868)	(42.595)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24%	15%	24%	15%

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães

Conselheiros

Luciano Soares
Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Alexandre Petrone Vilardi
Elton Bernardo Bandeira de Melo

Diretoria

Diretora Presidente

Nelma Souza Tavares

Diretores

Ary Jorge dos Santos Costa
Gustavo Pimenta Germano Santos
Werner da Silva Frank

Contador

José Ricardo Alves Pereira
CRC RJ 084222/O-8

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394